

Broto Legal Alimentos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RESULTADOS:

A Companhia em 2020 fez grandes mudanças na forma de Gestão, focando em 3 pilares organizacionais: Gestão, Vendas e Redução de Custos. Na gestão a empresa apostou na contratação de um CEO, buscando uma profissionalização de seu time, e como consequência, realizou substituições significativas no corpo diretivo e em seus gestores de áreas; nas Vendas alterou sua estratégia de Trade e Marketing, criando campanhas de incentivos e direcionando o foco ao ponto de venda e o Comercial alterou sua estratégia de vendas para rentabilizar a operação, privilegiando a participação de negociações com maior margem de contribuição e diminuindo a relevância de ações voltada simplesmente ao volume e não ao resultado, olhando pra dentro da operação. Todo o esforço administrativo foi empenhado na redução de custos fixos e despesas em busca de uma eficiência operacional e limiar, e com a combinação destes fatores a Companhia reduziu seu prejuízo de (R\$ 15.537) em 31 de dezembro de 2019 para (R\$ 4.724) em 31 de dezembro de 2020.

Em um ano de recorde de elevação do custo de matéria prima e de preço dos grãos ao consumidor, impacto da pandemia na economia e no setor, o empenho em melhorar as deduções da receita bruta garantiu a companhia uma melhor capacidade em honrar seus compromissos, resultado das reduções em “devoluções de vendas”, “descontos comerciais” e “custos fixos e variáveis”, elevando em 2,9 pontos percentuais o lucro bruto do período (R\$ 31.003).

A gestão voltada a redução de despesas, capturou 6,45 pontos de redução na linha de despesas corporativas, reduzindo R\$ 10.240 no período (de R\$83.452 em 2019 para R\$ 73.212 em 2020). Em consequência o resultado operacional foi elevado em 9,36 pontos percentuais, R\$ 41.243, atingindo um lucro de R\$ 25.508 em 2020 sendo que em 2019 havia registrado um prejuízo de (R\$ 15.735).

O melhor desempenho da gestão de caixa da companhia, renegociando empréstimos, principalmente na substituição da Debênture pelo CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) em Novembro de 2019, e das renovações de capital de giro sem a incidência de IOF (a desoneração deste imposto foi uma medida do governo para enfrentamento a pandemia até 31/12/2020) refletiu na redução do resultado financeiro, melhorando o indicador em 3,30 pontos percentuais, diminuindo em R\$ 9.806 esta despesa, passando de R\$ 24.449 em 2019 para R\$ 14.643 em 2020.

Os eventos listados acima elevaram o LAIR em 12,66 pontos percentuais (diferença de R\$ 51.049), atingindo um lucro R\$ 10.865 em 2020, contra um prejuízo de (R\$ 40.184) em 2019.

O prejuízo de (R\$ 4.724) apresentado no resultado líquido de 2020, foi afetado por evento não recorrente impactando negativamente em R\$ 5.293 no resultado líquido de 2020. Se não fosse este reconhecimento o resultado corrente da companhia teria registrado um lucro de R\$ 569, e o prejuízo de 2019 passaria de R\$ 15.537 para R\$ 20.830.

Apesar de ter apresentado prejuízo no ano a Companhia demonstra uma melhora considerável nos resultados e indicadores e os projetos da atual gestão estão trazendo ganhos para melhora do desempenho da empresa, desta forma a Administração tem uma expectativa

positiva de que a Companhia terá recursos suficientes para a continuidade das operações em um futuro previsível, garantindo a distribuição de seus produtos e o abastecimento de seus consumidores.

MARCA:

No período de janeiro a novembro o arroz Broto Legal cresceu no YTD vendas em valor +30,5% no interior de São Paulo e 4,2% na grande São Paulo, conforme relatório Scantrack Nielsen.

Na região de Ribeirão Preto, o arroz Broto Legal ganhou 1.5 *p.p.* de share e na região metropolitana de Campinas o arroz teve ganho de 0.6 *p.p.*

No feijão Broto Legal obteve um crescimento de 17,3% no interior de São Paulo e uma queda de 8,7% na grande São Paulo. No interior de São Paulo o feijão Broto Legal mantém a liderança de participação de mercado, sendo a região de Campinas com 30,2% de share, Ribeirão Preto com 12,6% e Sorocaba com 19,5%.

Como parte da estratégia de fortalecimento da marca Broto Legal e foco nas ações de sell out no ponto de venda, foram realizadas promoções com foco no consumidor final e incentivos junto a equipe de promotores e líderes de merchandising. A promoção Sabor de Casa realizada no segundo semestre conseguiu captar mais de 11 mil cupons fiscais e premiou o ganhador final com uma casa. Os três incentivos realizados com foco nos promotores resultaram na conquista de mais de 13 mil pontos extras em lojas com venda dos produtos Broto Legal.

No digital a Broto Legal se destacou com ações junto a influenciadores digitais que trabalharam os produtos da marca através de postagens com receitas, dicas e rotina na cozinha. Ação com influenciadores resultou em 2.7 milhões de visualizações de pessoas que foram impactadas pela marca Broto Legal.

GENTE:

Foram realizadas reestruturações nas unidades com redução de pessoal em torno de 9%, comparado ao ano anterior. Esta reestruturação resultou em uma redução na área de produção e um aumento na área comercial, focando em crescimento de vendas e expansão de mercado, além de mudanças em perfil de contratação da equipe comercial.

Em 2020 a Companhia teve uma redução com relação ao absenteísmo comparado ao ano anterior e os acidentes de trabalho se limitaram a casos leves, com pouca gravidade e sem afastamento pela previdência, fruto da atuação em treinamento e acompanhamento pela equipe de segurança do trabalho, incluindo projetos voltados para as normas regulamentadoras.

Em um ano afetado pela pandemia, foram tomadas todas as medidas preventivas com planos de contingência em todas as unidades para o combate ao Covid19, buscando minimizar os riscos de contágio, mesmo com todos os esforços ainda foram registrados afastamentos de 51 funcionários com CID da Covid19 ou Influenza, bem como casos de isolamento por suspeita, representando cerca de 15% do quadro de funcionários.

A Atuação da gestão de benefícios vem propiciando maiores controles e redução de custos para a CIA.

PRODUÇÃO

Devido a pandemia no primeiro trimestre de 2020, a vida das pessoas e das empresas tiveram grandes transformações e não foi diferente para a Broto Legal, como consequência alavancou a procura de nossos produtos nas gôndolas dos supermercados, elevando as vendas e refletindo em um aumento na produção para atender esta demanda em determinados meses do ano.

O preço do Arroz teve uma grande variação após a chegada do COVID-19, elevando os custos a patamares antes nunca atingidos, o ano estabeleceu uma nova curva para o custo da matéria-prima, impactando nas margens das indústrias e no poder de compra dos consumidores, no caso do feijão também tivemos, em alguns períodos do ano, aumento nos custos devido a elevação da demanda do mercado.

A empresa realizou alguns investimentos na área industrial das plantas de Campinas e Porto Ferreira para atender a demanda nos meses onde houveram os picos de vendas. No Sul, houve a expansão da unidade fabril, aumentando a capacidade de produção e ampliando as expectativas com as exportações para o ano de 2021.

DISTRIBUIÇÃO

O ano de 2020 foi bastante desafiador para a Broto Legal em relação a distribuição de seus produtos, com algumas mudanças na política de atendimento, com maior foco para alguns clusters de clientes e também devido ao aumento do portfólio dos nossos itens, ocorreram mudanças no formato da distribuição dos nossos produtos. A concentração que era, até então, em cargas com grandes volumes, passou a ser dividida com cargas mais fracionadas (para atender o pequeno e médio varejo); consequentemente aumentamos a utilização de veículos de menor porte, principalmente na planta de Campinas. No caso das plantas de Porto Ferreira/SP e da planta de Uruguaiana/RS, mantivemos os maiores volumes de entregas com perfil de cargas fechadas.

Os preços dos fretes mantiveram-se nos mesmos patamares de 2019.

O segmento ainda precisará se preparar para os desafios que possam vir pela frente, tais como: possível racionalização de cargas no mercado, negociações dos preços dos fretes, gestão dos transportes e modernização dos controles das operações logísticas.

Valdir Novo Sevaio
CEO

Daniel Zanuto de Moraes
Diretor Financeiro



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Broto Legal Alimentos S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Broto Legal Alimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Broto Legal Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

Broto Legal Alimentos S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	81.908	50.074
Contas a receber	10	-	52.445
Estoques	11	83.154	47.493
Impostos a recuperar	12	8.647	6.723
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13	8.300	14.803
Adiantamento a fornecedores		6.509	13.239
Outros créditos		6.586	2.102
		195.104	186.879
Não circulante			
Impostos a recuperar	12	22.636	17.022
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13	6.858	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	1.750
Depósitos judiciais	19	18.241	16.402
Imobilizado	14	93.005	90.602
Intangível	15	78.510	89.962
		219.250	215.738
Total do ativo		414.354	402.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	107.184	137.805
Certificado de registro do agronegócio a pagar	17	22.018	-
Empréstimo com partes relacionadas	18	3.500	-
Fornecedores	19	45.542	12.927
Obrigações sociais e trabalhistas		2.770	2.880
Impostos a recolher		5.944	4.075
Imposto de renda e contribuição social a recolher		4.992	-
Provisões diversas		1.857	731
Outras obrigações		4.196	4.224
		198.003	162.642
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	9.661	9.988
Certificado de registro do agronegócio a pagar	17	131.187	153.513
Empréstimo com partes relacionadas	18	-	2.000
Impostos a recolher		302	-
Provisão para contingências	20	522	418
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	8.847	-
		150.519	165.919
Patrimônio líquido	22		
Capital social		88.544	88.544
Reserva legal		-	459
Reserva de investimento		3.273	6.773
(-) Prejuízos acumulados		(25.985)	(21.720)
		65.832	74.056
Total do passivo e patrimônio líquido		414.354	402.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	23	482.954	386.145
Custo dos produtos vendidos	24	<u>(384.234)</u>	<u>(318.428)</u>
Lucro bruto		<u>98.720</u>	<u>67.717</u>
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas de vendas	24	(47.368)	(55.468)
Despesas administrativas e gerais	24	(24.155)	(27.220)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(1.758)	(1.104)
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	25	<u>69</u>	<u>340</u>
		<u>(73.212)</u>	<u>(83.452)</u>
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		<u>25.508</u>	<u>(15.735)</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	26	(22.914)	(27.646)
Receitas financeiras	26	<u>8.271</u>	<u>3.197</u>
		<u>(14.643)</u>	<u>(24.449)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		<u>10.865</u>	<u>(40.184)</u>
Corrente	21	(4.992)	(1.727)
Diferido	21	<u>(10.597)</u>	<u>26.374</u>
Prejuízo do exercício		<u>(4.724)</u>	<u>(15.537)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício	<u>(4.724)</u>	<u>(15.537)</u>
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	<u><u>(4.724)</u></u>	<u><u>(15.537)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimento	Reserva de lucros	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2019	70.100	459	6.773	-	-	77.332
Incorporação (nota 2)	7.718	-	-	-	(6.183)	1.535
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(15.537)	(15.537)
Aumento de capital	10.726	-	-	-	-	10.726
Saldos em 31 de dezembro de 2019	88.544	459	6.773	-	(21.720)	74.056
Distribuição de dividendos	-	-	(3.500)	-	-	(3.500)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4.724)	(4.724)
Absorção de prejuízo pela reserva legal	-	(459)	-	-	459	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	88.544	-	3.273	-	(25.985)	65.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(4.724)	(15.537)
<i>Ajustes:</i>			
Depreciação e amortização	14 e 15	20.273	18.737
Provisões		1.478	10
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	1.758	1.104
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	14 e 15	227	903
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	21	10.597	(24.647)
Juros e variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16 e 17	11.150	19.729
		40.759	299
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		50.687	(49.368)
Estoques		(35.661)	(10.448)
Impostos a recuperar		(7.538)	(11.692)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		4.637	(801)
Depósito judicial		(1.839)	(1.808)
Adiantamentos a fornecedores		6.730	428
Fornecedores e outras obrigações		32.586	146
Obrigações sociais e trabalhistas		(110)	162
Impostos a recolher		2.171	1.136
Variações nos outros ativos e passivos		(7.327)	2.309
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(1.035)
		85.095	(70.771)
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado)/gerado nas atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Juros recebido de empréstimos com partes relacionadas		-	(117)
Aquisição de imobilizado e intangível	14 e 15	(11.449)	(13.133)
Empréstimos concedido à parte relacionada – Liberação	18	(658)	(2.720)
Empréstimos concedido à parte relacionada - Recebimentos	18	-	2.000
Incorporação de caixa e equivalente de caixa	2	-	271
		(12.107)	(13.699)
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de investimentos			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de juros sobre capital próprio	23	-	(5.659)
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	16 e 17	(12.136)	(14.803)
Captação empréstimos e financiamentos	16	179.453	217.620
Captação por emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA)	17	-	152.804
Captação de empréstimo com parte relacionada	18	43.700	19.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(209.971)	(119.053)
Pagamento de debêntures	17	-	(143.334)
Pagamento de empréstimo obtido com parte relacionada	18	(42.200)	(21.800)
		(41.154)	84.775
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades de financiamentos			
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		31.834	404
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	10	50.074	49.670
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	10	81.908	50.074
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		31.834	404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Broto Legal Alimentos S.A. (“Broto Legal” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, tem sua sede localizada na Rua Pedro Stancato, 488 - Campo dos Amarais, Campinas, estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia tem por objeto:

- (i) Importação, exportação, industrialização e comércio de produtos alimentícios em geral;
- (ii) Importação, exportação, e comércio de pescados e frutos do mar;
- (iii) Importação, exportação e comércio de cereais e leguminosas beneficiadas;
- (iv) Importação, exportação e comércio de óleos e gorduras;
- (v) Importação, exportação e comércio de carnes bovinas e suínas e derivados;
- (vi) Importação, exportação, indústria e comércio de produtos do arroz;
- (vii) Beneficiamento de arroz;
- (viii) Industrialização por terceiros de produtos de mandioca, milho e seus derivados, tais como, mas não se limitando á farinha, farofa, amido, fécula, fécula hidratada;
- (ix) Beneficiamento de produtos industrializados da mandioca, milho e seus derivados, tais como, mas não se limitando á farinha, farofa, amido, fécula, fécula hidratada; e
- (x) Participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

Situação financeira

A Companhia apresenta prejuízos nos períodos de 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ (4.724) e R\$ (15.537) em 31 de dezembro 2019. Foi adotado um plano estratégico diferente para 2020 pela direção da Companhia, registrando resultados muito melhores que os apresentados no mesmo período do ano anterior. Apesar dos aumentos registrados nos custos dos produtos neste período, houve uma melhora na receita líquida, parte em repasse de preços e parte em redução de descontos comerciais, garantindo um aumento de 2,90 pontos percentuais no lucro bruto, variação positiva no montante de R\$ 31.003, comparando o resultado de R\$ 98.720 em 31 de dezembro de 2020 com o resultado de R\$ 67.717 em 31 de dezembro de 2019. O trabalho de redução de despesas proposto para 2020, mesmo que operando com montantes similares ao ano anterior, capturou uma redução de 6,45 pontos percentuais, representado por (R\$ 73.212) em 2020 e (R\$ 83.452) em 2019. Com isso reduziu o resultado operacional em 9,36 pontos percentuais, um lucro operacional em 2020 de R\$ 25.508 verso um prejuízo de (R\$ 15.735) em 2019. O resultado financeiro foi reduzido em 3,30 pontos percentuais, (R\$ 14.643) em 2020 (R\$ 24.449 em 2019). Esta redução tem impacto direto nas despesas financeiras onde, com a alteração na operação de debêntures em novembro de 2019 para a operação de CRA (certificados de recebíveis do agronegócio), ajudou numa redução de juros em R\$ 7.310 (R\$ 4.865 em 2020 com o CRA) e (R\$ 12.174 em 2019 com as debêntures). O LAIR foi aumentado em 12,66 pontos percentuais, lucro de R\$ 10.865 em 2020 (R\$ 40.184 de prejuízo em 2019).

Apesar de ter apresentado prejuízo no ano a Companhia demonstra uma melhora considerável nos resultados e indicadores e os projetos da atual gestão estão trazendo os ganhos para melhora do desempenho da empresa. Outro ponto que afetou o resultado da Companhia foi o reconhecimento do diferido sobre o ágio no valor de R\$ (5.293).

Por outro lado, a Companhia apresenta fluxo de caixa operacional positivo no período no montante de R\$ 85.095 (R\$ 70.771 negativo em 31 de dezembro de 2019), patrimônio líquido positivo no montante de R\$ 65.832 (R\$ 74.056 em 31 de dezembro de 2019), e capital circulante líquido negativo de R\$ 2.899 (R\$ 24.237 em 31 de dezembro 2019). Por esses fatores, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Impactos do COVID-19

A Companhia não registrou impactos relevantes com o COVID-19 em sua produção, cadeia de insumos, distribuição e escritórios, e promoveu ações internas que garantiram a segurança de seus colaboradores a partir da adoção do distanciamento social, necessário para a segurança das pessoas, fomentação de reuniões por videoconferências e faseamento do acesso dos colaboradores ao refeitório, evitando aglomerações.

No período registrou um aumento dos custos da matéria prima e conseqüentemente do preço de venda repassado ao mercado consumidor. No faturamento de feijão o preço foi 27% superior ao ano anterior o que ocasionou uma queda no volume de vendas da companhia em 19% comparada a 2019. Além do movimento do mercado em reposicionamento dos preços do “Varejo,” houve também uma pressão por parte dos produtores na manutenção do custo da matéria prima, gerando um movimento de achatamento das margens da indústria.

No faturamento de arroz, o negócio foi impactado não só pelo COVID-19 como também pelo aumento da demanda internacional, que aliado a alta do dólar elevou as exportações do arroz em casca, reduzindo a oferta no mercado nacional e ocasionando um aumento de preço. O aumento no preço de venda ao mercado consumidor foi 42% superior a 2019 e o volume que se manteve estável até o terceiro trimestre quando comparado a 2019. No quarto trimestre apresentou uma queda no faturamento o que levou o volume de 2020 a ser 12% inferior a 2019.

A Companhia não registrou impactos relevantes em sua inadimplência, relacionados à pandemia, que possa sugerir provisões de perda de crédito.

Com relação aos estoques foi mantido um bom nível que garantem o abastecimento do mercado interno atendendo a demanda de seus consumidores e, neste planejamento, aliado ao fortalecimento das condições financeiras da Companhia asseguram a longevidade de seus negócios no mercado interno e externo.

2 Incorporação de ativos

Em 30 de janeiro de 2019, o acionista controlador aumentou o capital da Companhia através de incorporação de ativos e passivos líquidos da Itaobi Importação e Exportação de Cereais LTDA. de acordo com o laudo de avaliação preparado com base no valor contábil e emitido por um perito independente. A incorporação foi registrada na Junta Comercial Estadual em 27 de março de 2019 e destinava-se, principalmente, a melhorar a eficiência administrativa.

Consequentemente, a Companhia incorporou os seguintes ativos e passivos líquidos:

	31 de dezembro de 2018	Movimentações	30 de janeiro de 2019
Caixa e equivalentes de caixas	76	195	271
Contas a receber	1.889	(751)	1.138
Estoques	310	(690)	(380)
Impostos a recuperar	1.931	(2.081)	(150)
Imobilizado	6.663	(55)	6.608
Intangível	3	-	3
Fornecedores e outras obrigações	(3.110)	2.563	(548)
Obrigações trabalhistas	(331)	(210)	(541)
Empréstimos e Financiamentos	(2.561)	(34)	(2.595)
Empréstimo com parte relacionada	(2.273)	-	(2.273)
Impostos a recolher	(2)	3	2
	<u>2.595</u>	<u>(1.060)</u>	<u>1.535</u>
Acervo líquido			

O Laudo de avaliação foi emitido com base nos ativos e passivos líquidos demonstrados em 31 de dezembro de 2018. Até a data do evento de incorporação, realizado em 30 de janeiro de 2019, houve uma movimentação líquida de (R\$ 1.060) nos ativos e passivos, reduzindo assim o valor do acervo líquido incorporado pela Companhia.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 21** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 20** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 10** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 28).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota explicativa 27 - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

7 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio calculada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento do exercício.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte nas disposições do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou um passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado pelo VJR (valor justo por meio do resultado), de custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo é mensurada inicialmente pelo preço da transação.

(ii) Classificação e mensuração subsequentes

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado e mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, a menos que a Companhia modifique o modelo de negócios para a administração dos ativos financeiros. Nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período do balanço subsequente à modificação no modelo de negócio.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições abaixo e não for designado como mensurado ao VJR:

- Se for mantido em um modelo de negócio cuja finalidade seja para manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa apenas relacionados com o pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições abaixo e não for designado como mensurado ao VJR:

- For mantido em um modelo de negócio cuja finalidade seja atingida pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa apenas relacionados com o pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação de modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação da finalidade do negócio no qual um ativo financeiro é mantido na carteira, uma vez que isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é administrado, e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem as políticas e metas estabelecidas pela carteira e a operacionalização prática dessas políticas. Elas incluem a questão de se a estratégia da administração se concentra em obter receitas de juros contratuais, mantendo um certo perfil de taxa de juros, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração dos passivos relacionados ou das saídas de caixa esperadas, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos :

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia.
- Riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e dos ativos financeiros mantidos no modelo de negócio) e a forma como esses riscos são administrados;
- Como os gerentes comerciais são remunerados - por exemplo, se a remuneração tem por base o valor justo dos ativos administrados ou os fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A taxa de vendas, volume e período de vendas de ativos financeiros em períodos anteriores, os motivos para essas vendas e expectativas de vendas futuras.

Transferências de ativos financeiros a terceiros em transações não qualificadas para o desreconhecimento não são consideradas vendas, o que é consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados com um desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação se os fluxos de caixa contratuais representam apenas pagamentos do principal e juros

Para fins de avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. “Juros” é definido como uma contraprestação pelo valor em dinheiro no momento e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como para a margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais dos instrumentos para avaliar se fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia modificar o prazo ou valor dos fluxos de caixa contratuais para que ele não atenda essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera o seguinte:

- Eventos contingentes que modificam o valor ou período dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pagamento antecipado e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, com base no desempenho de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, acrescido de receita de juros ou dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. Receita de juros, variação cambial ativa e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda de desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio de resultado se for classificado como mantido para negociação, se for um derivativo ou atribuído como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, mais juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. Despesa com juros, e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda de desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais ao recebimento de fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e recompensas da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém todos os riscos de titularidade e recompensas dos ativos financeiros e também não detém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liberadas, canceladas ou expiradas. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes se um novo passivo financeiro com base nos termos alterados for reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo os ativos transferidos que não passam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem um direito legalmente exequível de compensar e existir a intenção de liquidar em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Estoques

Registrados ao custo médio de aquisição, que é inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. As importações em trânsito são registradas pelo custo acumulado de cada transação de importação. Quando aplicável, uma provisão é reconhecida em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis na realização de estoques.

d. Ativo Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos em condições de utilização para o uso pretendido, os custos de desmontar e remover os itens e restaurar o local onde eles estão localizados.

O software comprado que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento relacionado é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do ativo imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do ativo imobilizado.

O ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é determinado pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, e é reconhecido líquido dentro de outras receitas/outras despesas no resultado. Quando ativos revalorizados são vendidos, qualquer montante relacionado incluído na reserva de reavaliação é transferido para os lucros acumulados.

Custos subsequentes

O custo de substituição de um componente de um item do ativo imobilizado é reconhecido no valor contábil do item se for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados ao componente fluirão para a Companhia, e seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil do componente substituído é baixado. Os custos do uso rotineiro do ativo imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é baseada na vida útil dos ativos. Componentes significativos de um ativo individual são avaliados e, se um componente tiver uma vida útil que seja diferente do restante desse ativo, esse componente é depreciado separadamente.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear de cada componente de um item do ativo imobilizado.

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil estimada, que é embasada em suas práticas e experiência anterior e refletem a vida econômica desses ativos.

A depreciação é baseada na avaliação interna da Companhia, que calculou as vidas úteis conforme descrito na nota explicativa 14.

e. Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com pesquisas e desenvolvimentos são incorridos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- Marcas e patentes 5 anos
- Licenças e softwares 2-5 anos
- Carteira de clientes 3 anos
- Acordo de não competição 5 anos

f. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.
- A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

- Reestruturação de um valor devido ao acionista em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados em cada data de apresentação para avaliar se há indícios de perda por redução ao valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. O valor contábil desta UGC foi que o seu valor recuperável de R\$ 212.935 e, portanto, nenhum ajuste para redução ao valor recuperável foi necessário.

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso estão apresentadas como segue:

Taxa de desconto - 10,88%

Taxa de crescimento na perpetuidade – 3,5%

A taxa de desconto utilizada foi definida considerando informações de mercado. Cinco anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. Uma taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada considerando a expectativa de inflação de longo prazo extraída do BACEN. O LAJIDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração a experiência passada, ajustado para o crescimento previsto da receita. O crescimento da receita foi projetado levando-se em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas estimado e o aumento dos preços para os próximos cinco anos.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de

R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e a base tributável correspondente utilizada na apuração do lucro real, incluindo o saldo dos prejuízos fiscais, quando aplicável. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais transportados, na medida em que seja provável que o lucro real esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais transportados possam ser utilizados.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado no final de cada período de balanço e reduzido na medida em que não é mais provável que o lucro real suficiente estará disponível para permitir que todo ou parte do ativo seja recuperado.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, e é provável que a Companhia seja obrigada a honrar tal obrigação, e uma estimativa confiável pode ser feita no montante da obrigação. O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contraprestação necessária para liquidar a obrigação ao final do período de relatório, levando-se em conta os riscos e incertezas em torno da obrigação.

i. Receita

A Companhia reconhece suas receitas seguindo as 5 etapas trazidas pelo CPC 47, que resumidamente consistem em:

(i) Identificação do contrato

Esta etapa consiste em identificar o contrato ou contratos para fornecimento de bens ou serviços para os clientes, que podem ser escritos, verbais ou implícitos de acordo com as práticas comerciais usuais da entidade. Outro ponto relevante é que contrato de cliente precisa atender também 4 critérios:

- (a) Reconhecimento da contraprestação é provável;
- (b) O contrato tem que possuir substancia comercial;
- (c) Poder identificar os direitos aos bens ou serviços e condições de pagamentos; e
- (d) Um contrato existe se as partes estão comprometidas com suas obrigações, ou seja, se foram aprovadas

(ii) Identificação das obrigações de desempenho descritas no contrato

Nesta etapa, a entidade identifica todos bens e serviços prometidos e avalia se esses bens e serviços constituem obrigações de desempenho separadas, ou seja, com múltiplos entregáveis. Se esses bens ou serviços são distintos, as promessas são obrigações de desempenho e são contabilizados separadamente. Para avaliação da existência ou não de bens distintos utiliza-se dois critérios. O primeiro critério diz respeito ao benefício que o cliente pode ter por conta própria ou em conjunto com recursos que já estão prontos e disponível para ele. O segundo critério que deve ser observado é a identificação separada de cada uma das promessas descritas no contrato.

(iii) Determinação do preço da transação

Nesta etapa determina-se o montante que uma entidade tem direito em troca da transferência de bens e serviços para um cliente excluindo os valores cobrados em nome de terceiros, como alguns impostos sobre vendas por exemplo. A contraprestação prometida em um contrato pode incluir valores variáveis, fixos, ambos ou uma contraprestação que não seja dinheiro. A contraprestação variável leva em conta: descontos, créditos, concessões de preço, devoluções, bônus, outros incentivos comerciais.

Para determinação do valor é necessário considerar o risco de retorno da receita, determinar se a contraprestação representa uma redução do preço de transação, pagamento de bem ou serviço distinto ou uma combinação dos dois. Além disso, na contraprestação não monetária, se razoavelmente estimável, esta deverá ser mensurada pelo valor justo, caso não se utiliza o preço de venda e para os contratos com financiamentos significativos a entidade deve refletir o valor do dinheiro ao longo do tempo e ajustar o valor prometido.

(iv) Alocação do preço da transação

Nesta etapa, após definição do preço da transação, deverá alocar esse preço a cada obrigação de desempenho que foi identificada na segunda etapa prevista na norma na proporção do seu preço de venda independente, que pode ser entendido como um preço observável de vendas do bem ou serviço para clientes em situação semelhante.

(v) Reconhecimento da receita

A receita de uma venda deve ser reconhecida quando a entidade vendedora cumpre sua obrigação de desempenho pela transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. A norma esclarece que ativos são transferidos ao cliente quando (ou na medida em que) o cliente

obtem controle sobre o ativo, ou seja, quando o cliente tem a capacidade de direcionar seu uso e obter os benefícios remanescentes do ativo. Portanto, quando o cliente obtém o controle do ativo objeto do contrato de venda, a obrigação de desempenho é satisfeita e a receita passa a ser reconhecida.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre investimentos de curto prazo e ganhos de variação cambial.

As despesas financeiras abrangem juros sobre empréstimos/financiamentos e perdas de variações cambiais.

k. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

A Administração ainda não avaliou os possíveis impactos dessas novas normas nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	20.231	56
Aplicações	61.677	50.018
	81.908	50.074

Em dezembro de 2020 a Companhia antecipou recursos através de operações financeiras de duplicatas descontadas e empréstimos de capital de giro, encerrando o período com um caixa de R\$ 81.908.

A operação de cessão de duplicatas foi parte de um planejamento para cumprimento de obrigações contratuais (*Covenants*) e a antecipação de contratos de capital de giro e cédula de crédito agroindustrial, que no planejamento inicial seriam realizados em janeiro de 2021, foram antecipados para dezembro de 2020, gerando uma economia do IOF das operações, aproveitando a desoneração deste imposto até 31 de dezembro de 2020 cedida pelo governo como apoio as indústrias no enfrentamento econômico da pandemia.

As aplicações financeiras correspondem a investimentos temporários indexados à variação do CDI. As taxas pactuadas remuneraram esses investimentos em aproximadamente 100% da variação do CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento sem qualquer ônus para a Companhia.

10 Contas a receber

As contas a receber são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, quando aplicável.

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber mercado interno	30.132	5.612
Contas a receber mercado externo	7.326	3.898
Contas a receber cedidos para bancos sem coobrigação (a)	(30.430)	-
Contas a receber cedidos para bancos com coobrigação	-	52.465
Descontos concedidos	(2.934)	(7.193)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.094)	(2.336)
	<u>-</u>	<u>52.445</u>

- (a) A Companhia cedeu contas a receber de clientes para bancos para antecipar seu fluxo de caixa, aumentando sua disponibilidade e diminuindo sua dívida líquida, motivado pelo cumprimento de covenants originado pela operação do CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio). O valor recebido na transação foi reconhecido como uma operação sem coobrigação, modelo pelo qual os riscos são transferidos para a instituição financeira.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	29.949	44.671
Vencidos:		
Entre 1 a 30 dias	2.057	9.421
Entre 31 a 90 dias	3.522	2.920
Entre 91 a 365 dias	2.239	2.852
Há mais de 365 dias	3.691	2.111
	<u>37.458</u>	<u>61.975</u>

A Administração constitui, quando necessário, provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para fazer jus as perdas esperadas na realização do saldo de contas a receber.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Saldos em 1 de janeiro de 2019	(1.232)
Reversão de provisão	7.911
Constituição de provisão de perda	(9.015)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(2.336)
Reversão de provisão	201
Constituição de provisão de perda	(1.959)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(4.094)

11 Estoques

	31/12/2020	31/12/2019
Mercadoria para revenda	2.230	6.150
Matéria prima	44.632	10.631
Estoques em poder de terceiros	434	1.574
Produto acabado	30.191	26.383
Estoque embalagens	3.292	1.880
Estoque em trânsito	1.936	125
Outros	439	750
	<u>83.154</u>	<u>47.493</u>

O Aumento de 78% do montante registrado em estoque em 31 de dezembro de 2020 na comparação com 31 de dezembro de 2019 está diretamente relacionado ao aumento do custo da matéria prima no mesmo período, uma vez que o aumento dos estoques físicos não representam tamanha variação.

12 Impostos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS	21.461	17.633
Imposto de renda retido na fonte	129	65
ISS	3	-
INSS	40	-
ICMS	9.621	6.018
ICMS-ST	29	29
	<u>31.283</u>	<u>23.745</u>
Imposto a recuperar circulante	8.647	6.723
Imposto a recuperar não circulante	22.636	17.022
	<u>31.283</u>	<u>23.745</u>

13 Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda	11.239	10.976
Constituição social sobre o lucro líquido	3.919	3.827
	<u>15.158</u>	<u>14.803</u>
Circulante	8.300	14.803
Não circulante	6.858	-
	<u>15.158</u>	<u>14.803</u>

14 Imobilizado

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamento de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo em 31 de dezembro de 2018	3.540	27.801	66.876	1.553	1.025	1.182	101.977
Depreciação em 31 de dezembro de 2018	-	(1.983)	(16.147)	(938)	(586)	(728)	(20.382)
Ativo em 31 de dezembro de 2018	3.540	25.818	50.729	615	439	454	81.595
Adições	-	9.094	3.725	120	75	-	13.014
Transferências	-	-	(2.501)	-	-	-	(2.501)
Baixas	-	(881)	(13)	(18)	(5)	(97)	(1.014)
Incorporação - custo	1.317	2.899	5.489	26	29	46	9.806
Depreciações	-	(1.089)	(5.737)	(206)	(67)	(112)	(7.211)
Baixas de depreciações	-	-	6	6	2	97	111
Incorporação - depreciação	-	(510)	(2.648)	(11)	(16)	(13)	(3.198)
Custo em 31 de dezembro de 2019	4.857	38.913	73.576	1.681	1.124	1.131	121.282
Depreciação em 31 de dezembro de 2019	-	(3.582)	(24.526)	(1.149)	(667)	(756)	(30.680)
Ativo em 31 de dezembro de 2019	4.857	35.331	49.050	532	457	375	90.602
Adições	-	2.283	8.797	102	50	135	11.367
Baixas	-	(103)	(174)	(10)	-	-	(287)
Depreciações	-	(2.050)	(6.291)	(196)	(69)	(131)	(8.737)
Baixas de depreciações	-	-	57	3	-	-	60
Transferências	-	(742)	742	-	-	-	-
Custo em 31 de dezembro de 2020	4.857	39.711	82.941	1.773	1.174	1.266	131.722
Depreciação em 31 de dezembro de 2020	-	(4.992)	(30.760)	(1.342)	(736)	(887)	(38.717)
Ativo em 31 de dezembro de 2020	4.857	34.719	52.181	431	438	379	93.005
Taxa média de depreciação anual %	-	4%	10%	20%	10%	20%	

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui operações financeiras com garantias de Ativo Imobilizado. Os valores destas operações estão apresentados na Nota Explicativa 16.

15 Intangível

	Softwares	Marcas	Acordo de não competição	Carteira de clientes	Ágio (a)	Total
Intangível em 31 de dezembro de 2018	368	37.644	487	4.931	57.936	101.366
Adições	119	-	-	-	-	119
Incorporação de controladora	-	3	-	-	-	3
Amortizações	(99)	(9.034)	(117)	(2.276)	-	(11.526)
Total Custo	715	45.176	584	6.827	57.936	111.238
Total Amortização acumulada	(327)	(16.563)	(214)	(4.172)	-	(21.276)
Intangível em 31 de dezembro de 2019	388	28.613	370	2.655	57.936	89.962
Adições	84	-	-	-	-	84
Amortizações	(109)	(9.034)	(117)	(2.276)	-	(11.536)
Total Custo	799	45.176	584	6.827	57.936	111.322
Total Amortização acumulada	(436)	(25.597)	(331)	(6.448)	-	(32.812)
Intangível em 31 de dezembro de 2020	363	19.579	253	379	57.936	78.510
Taxa média de amortização anual %	20%	20%	20%	33%	-	

a. Combinação de negócios

	31/12/2020	Amortização	31/12/2019
Marcas	19.574	(9.034)	28.608
Ativo imobilizado	25.805	(2.526)	28.331
Ativo intangível	77	(36)	112
Carteira de clientes	379	(2.276)	2.655
Acordo de não competição	253	(117)	370
	46.088	(13.989)	60.077

Em 28 de fevereiro de 2018 a Cinel Alimentos Comércio, Importação e Exportação S.A. (“Cinel”) concluiu a aquisição da Broto Legal de seus acionistas. Pelo contrato de compra e venda de quotas, o vendedor transferiu 100% das ações pelo valor de R\$208.202 para a Cinel. O valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data de aquisição em 28 de fevereiro de 2018 foi o seguinte:

Contas a receber	24.294
Estoques	30.113
Outros créditos	8.727
Depósitos judiciais	12.728
Imobilizado	15.362
Empréstimos e financiamentos	(1.069)
Fornecedores	(2.529)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.080)
Impostos a recolher	(1.922)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(5.659)
Outras obrigações	(2.719)
Valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos, líquidos	56.577
Ativo adquirido líquido de caixa	131.823
Caixa e equivalentes de caixa	18.443
Ativo líquido adquirido	150.266
Valor de compra	208.202
Goodwill	57.936

O preço total de compra para a aquisição da Broto Legal foi alocado com base no valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos assumidos. O valor estimado líquido na data de aquisição foi de R\$56.577, atribuído da seguinte forma:

Imobilizado	33.141
Marcas	45.171
Carteira de clientes	6.827
Acordo de não competição	584
Total	85.723
Impostos diferidos passivos, líquido	(29.146)
Valor Líquido	56.577

16 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Instituição	Taxa de juros a.a.	Vencimento	31/12/2019	Incorporação	Captação	Juros e variação cambial incorridos	Pagamento de juros	Amortização	31/12/2020
Crédito Rural	Banco do Brasil Bancos Itaú, BRD,	7,5% à 8,5% ou 103% CDI	18/12/2020	12.467	-	17.500	1.104	(1.571)	(29.500)	-
FINAME	Santander, e Bradesco Banco do Brasil, Alfa,	3,0% à 8,4%	17/04/2023	1.645	-	-	109	(111)	(570)	1.073
Capital de Giro	CCB,PINE,CEF	130% à 139% CDI	10/01/2022	69.080	-	95.600	3.126	(3.826)	(65.150)	98.830
ACC	Banco do Brasil	4,2% à 7,25%	23/12/2020	5.466	-	25.203	1.608	(931)	(20.559)	10.787
Leasing	Banco do Brasil	4,20%	15/06/2024	6.670	-	886	338	(276)	(1.463)	6.155
Duplicatas Descontadas	Bancos Safra, Daycoval e Pyne	0,51% à 0,78%	04/03/2020	52.465	-	25.288	-	-	(77.753)	-
Risco sacado	Banco Itaú	0,50%	21/12/2020	-	-	14.976	-	-	(14.976)	-
Total				147.793	-	179.453	6.285	(6.715)	(209.971)	116.845
				Circulante	137.805					107.184
				Não Circulante	9.988					9.661

Modalidade	Instituição	Taxa de juros a.a.	Vencimento	31/12/2018	Incorporação	Captação	Juros e variação cambial incorridos	Pagamento de juros	Amortização	31/12/2019
Crédito Rural	Banco do Brasil Bancos Itaú, BRD,	7,5% à 8,5% ou 103% CDI	10/07/2020	42.031	-	22.000	1.579	(1.443)	(51.700)	12.467
FINAME	Santander, e Bradesco	3,0% à 8,4%	17/04/2023	-	2.213	-	157	(160)	(565)	1.645
Capital de Giro	Banco do Brasil	130% à 139% CDI	10/01/2022	-	-	68.650	2.323	(226)	(1.667)	69.080
ACC	Banco do Brasil	4,2% à 7,7%	31/01/2020	-	382	7.340	1.156	(220)	(3.192)	5.466
Leasing	Banco do Brasil	4,20%	15/06/2024	-	-	6.650	105	(85)	-	6.670
Consórcio	Banco do Brasil	-	10/06/2019	5	-	-	-	-	(5)	-
Duplicatas Descontadas	Bancos Safra, Daycoval e Pyne	0,51% à 0,78%	04/03/2020	-	-	112.980	1.409	-	(61.924)	52.465
Total				42.036	2.595	217.620	6.729	(2.134)	(119.053)	147.793
				Circulante	42.036					137.805
				Não Circulante	-					9.988

Cláusulas restritivas (Covenants)

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, a Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a cláusulas restritivas (*covenants*) e não existem eventos de descumprimento contratual por parte da Companhia.

Garantias

Capital de giro: Os empréstimos estão garantidos através de matéria-prima estocada em imóveis da Companhia localizados na cidade de Campinas e Porto Ferreira-SP, avaliados em R\$ 31.260, imóveis da Companhia avaliados em R\$ 23.405 e aval pessoal do sócio Washington no valor de R\$ 13.000 e cessão de direitos de duplicatas mercantis ou domicílio bancário no valor de R\$ 1.980.

Finame e Leasing: Os financiamentos e empréstimos destas modalidades estão garantidos pelo próprio bem financiado. Os bens oferecidos como garantia estão avaliados em R\$ 8.740.

ACC: A garantia está amparada pelas vendas de mercadorias realizadas para o mercado externo no valor da dívida em aberto em 31 de dezembro de 2020, R\$ 10.786.

17 Debêntures e CRA a pagar

Em 10 de outubro a companhia avisou ao Mercado, através de comunicado publicado no jornal Folha de São Paulo que requereu perante à CVM, em 23 de agosto de 2019, o pedido de registro de distribuição pública dos certificados de recebíveis do agronegócio (“CRA”) da 1ª série da 6ª emissão da intermediadora Isec Securitizadora S.A, inscrita no CNPJ 08.769.451/0001-08, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, em conjunto com o BB Banco de Investimento S.A, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, inscrita no CNPJ 24.933.830/0001-30, para distribuição pública de, inicialmente, até 150.000 (cento e cinquenta mil) CRAs, com valor nominal unitário, na data da emissão de R\$ 1.000 (mil reais), sendo que, este montante foi aumentado, de comum acordo entre a emissora, o coordenador líder BB Banco de Investimento S.A e a Broto Legal Alimentos S.A. fechando a operação em 162.056 (cento e sessenta e dois mil e cinquenta e seis) CRAs, com valor nominal unitário, na data da emissão de R\$ 1.000 (mil reais).

Modalidade	Instituição	Taxa de juros a.a.	Vencimento	31/12/2019	Captação	Juros incorridos	Pagamento de juros	Amortização	31/12/2020
CRA Custos de captação	Banco do Brasil	115% CDI	A partir de abril/2021 até dezembro/2024	162.765	-	4.865	(5.421)	-	162.209
			dezembro/2024	(9.252)	-	-	-	248	(9.004)
Total				153.513	-	4.865	(5.421)	248	153.205
Circulante				-					22.018
Não Circulante				153.513					131.187

Modalidade	Instituição	Taxa de juros a.a.	Vencimento	31/12/2018	Captação	Juros incorridos	Pagamento de juros	Amortização	31/12/2019
CRA Custos de captação	Banco do Brasil	115% CDI	A partir de abril/2021 até dezembro/2024	-	162.056	709	-	-	162.765
			dezembro/2024	-	(9.252)	-	-	-	(9.252)
Total				-	152.804	709	-	-	153.513
Circulante				-					-
Não Circulante				-					153.513

18 Partes relacionadas

Empréstimos tomados com parte relacionada (a)

	31/12/2018	Juros provisionado	Captação	Incorporação	Amortização	Juros pagos	31/12/2019
Passivo Não Circulante – Empréstimo com parte relacionada Empréstimos Washington Umberto Cinel (acionista)	13.253	117	19.000	2.273	(32.526)	(117)	2.000

	31/12/2019	Juros provisionado	Captação	Incorporação	Amortização	Juros pagos	31/12/2020
Passivo Não Circulante – Empréstimo com parte relacionada Empréstimos Washington Umberto Cinel (acionista)	2.000	-	43.700	-	(42.200)	-	3.500

Empréstimos cedidos à partes relacionadas (b)

	31/12/2018	Concedido	Recebido	31/12/2019
Ativo Circulante – Outros créditos Empréstimos Lázaro Aparecido Moreto	812	2.720	(2.000)	1.532

	31/12/2019	Concedido	Recebido	31/12/2020
Ativo Circulante – Outros créditos Empréstimos Lázaro Aparecido Moreto	1.532	658	-	2.190

- (a) O saldo no passivo tem como origem, empréstimo de mútuo do acionista Washington Umberto Cinel realizado para a Companhia, sem incidência de juros e/ou atualização monetária e sem prazos de vencimento.
- (b) O saldo no ativo trata-se de empréstimos concedidos ao Lázaro Aparecido Moreto durante os exercícios de 2018, 2019 e 2020, sem cobrança de juros ou atualizações monetárias e sem prazo de vencimento.

Outras transações com partes relacionadas

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante -		
Adiantamento a fornecedores		
Fazenda Washington Umberto Cinel (a)	1.050	1.050
Villa Oliva Rice S.A. (a)	2.339	-
	3.389	1.050
Outros créditos		
Fazenda Washington Umberto Cinel	2.252	-
	2.252	-
Total do ativo	5.641	1.050
Passivo Circulante - Fornecedores		
Gocil Serv. Vigilância e Segurança LTDA (b)	(42)	(40)
Gocil Serviços Gerais LTDA (b)	(6)	(6)
Villa Oliva Rice S.A. (a)	(133)	(83)
Fazenda Washington Umberto Cinel (a)	(4.446)	-
Total do Passivo	(4.627)	(129)

Broto Legal Alimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado – Custos		
Villa Oliva Rice S.A. (a)	(25.601)	(13.176)
Fazenda Washington Umberto Cinel (a)	<u>(28.615)</u>	<u>(22.632)</u>
Total dos Custos	<u>(54.216)</u>	<u>(35.808)</u>
Resultado - Despesas administrativas		
Gocil Serv. Vigilância e Segurança LTDA (b)	(640)	(595)
Gocil Serviços Gerais LTDA (b)	<u>(99)</u>	<u>(95)</u>
Total de despesas	<u>(739)</u>	<u>(690)</u>

- (a) Saldos referente a compra de matéria prima.
- (b) Saldos referente a prestação de serviços de segurança e vigilância.

Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia referem-se a benefícios de curto prazo, os quais incluem remuneração fixa (salários, férias, 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participação nos resultados. A remuneração do pessoal chave da administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 797 (R\$ 2.206 em 2019).

19 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Mercado interno	45.409	10.149
Mercado externo	<u>133</u>	<u>2.778</u>
	<u>45.542</u>	<u>12.927</u>

Abertura do saldo por natureza:

	31/12/2020	31/12/2019
Compra de ativo imobilizado	3.698	692
Compra de embalagem	1.070	704
Compra de matéria prima	37.865	10.177
Serviços	<u>2.909</u>	<u>1.354</u>
	<u>45.542</u>	<u>12.927</u>

A Companhia, diante da expectativa de vendas para novembro e dezembro, aumentou o seu estoque de matéria prima, porém, acabou não se concretizando e impactando na estratégia adotada. Pela estratégia adotada, as compras de arroz a partir de novembro de 2020 já passaram a ser feitas com prazo de pagamento para janeiro de 2021, para cumprimento do covenants da operação ativa com CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) já que a disponibilidade de caixa afeta o cálculo. Além da compra de arroz a Companhia negociou compra de Feijão no valor de R\$ 5 Milhões, comprados em dezembro, para pagamento em janeiro de 2021.

20 Provisão para contingências e depósitos judiciais

Baseada em informações de seus assessores jurídicos sobretudo da esfera tributária, a Administração da Companhia mantém provisão para contingências em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 522 (R\$ 418 em 2019).

	2020				2019	
	Saldo Inicial	Adições	Atual. monetária	(Baixa)	Saldo	Saldo
Trabalhistas	-	99	-	-	99	-
Tributário (Funrural)	418	-	5	-	423	418
	<u>418</u>	<u>99</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>522</u>	<u>418</u>

Depósitos judiciais

	2020				2019	
	Saldo Inicial	Adições	Atual. monetária	(Baixa)	Saldo	Saldo
Cíveis	133	-	1	(134)	-	133
Tributário (Funrural)	16.269	1.621	351	-	18.241	16.269
	<u>16.402</u>	<u>1.621</u>	<u>352</u>	<u>(134)</u>	<u>18.241</u>	<u>16.402</u>

O FUNRURAL é uma contribuição social que substitui a cota patronal do encargo previdenciário, acrescido do percentual dos Riscos Ambientais do Trabalho - RAT, sendo para o segurado especial o custeio de sua previdência para aposentadoria e outros benefícios junto a Previdência Social. A alíquota do FUNRURAL conforme nova redação dada pela Lei nº 13.606/2018, publicada em 10/01/2018, é de 1,5%, sendo 1,2% para o INSS e 0,1% para o RAT, além da contribuição de 0,2% ao SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, criada pela Lei 8.315/91, que apesar de possuir natureza jurídica distinta do FUNRURAL, também é calculada sobre o valor da comercialização da produção e recolhida na mesma GPS - Guia da Previdência Social. A cobrança da contribuição ao FUNRURAL se dá pelo regime de substituição tributária, sendo retido o percentual a pagar ao produtor rural e repassada ao Fisco pelos adquirentes da produção.

Anteriormente à publicação da nova lei em 10/01/2018, a alíquota da contribuição era de 2,1%, sendo 2,0% para INSS e 0,1% para RAT, além da contribuição de 0,2% ao SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

A exigibilidade da contribuição ao FUNRURAL foi questionada em juízo, dentre outros motivos, porque o produtor rural pessoa física com empregados era onerado desproporcionalmente com o referido regime de contribuição, diferentemente do produtor sem empregados que possui regime previsto no artigo 195, § 8º, da Constituição Federal, assim como os produtores pessoa jurídica com regime previdenciário distinto, em contrariedade aos princípios erigidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente o da isonomia, que buscam preservar a identidade de benefícios, serviços prestados e unicidade de incidências, que somente podem ser excepcionadas pela própria Carta Maior.

Por meio do Recurso Extraordinário nº 363.852, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional a exigência da contribuição ao FUNRURAL para pessoas físicas, determinada pelo artigo 1º, da Lei nº 8.540/92, que alterou a Lei nº 8.212/91, por entender que a contribuição previdenciária do FUNRURAL foi instituída por uma lei ordinária e não por uma lei complementar, como deveria ter ocorrido, e que o contribuinte estava compelido a recolher duas contribuições com a mesma destinação.

No entanto, em razão da edição da Emenda Constitucional 20/1998 - que deu nova redação ao art. 195, I, da CF - a questão voltou ao STF e em março de 2017, a Corte decidiu pela constitucionalidade formal e material da contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela lei 10.256/01, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção (RE 718.874).

Contudo, apesar da decisão desfavorável proferida no RE 718.874, o processo da Companhia está suspenso em razão da repercussão geral conhecida no RE 761.263, ainda pendente de julgamento, que trata do regime aplicável particularmente aos segurados especiais. O referido recurso irá analisar os efeitos a eles aplicáveis do reconhecimento da inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei 8.212/91, e eventuais efeitos repristinatórios; se há, ou não, inconstitucionalidade integral da redação originária do art. 25 da Lei 8.212/91 (para segurados especiais e empregadores rurais), por desvirtuamento da base de cálculo fixada no art. 195, § 8º, da Constituição Federal; e caso se reconheça a ausência de identidade entre receita bruta proveniente da comercialização de sua produção e resultado da comercialização da produção, a verificação de constitucionalidade da criação de nova fonte de custeio da Previdência Social por meio de lei ordinária anterior à EC 20/98, cobrada dos segurados especiais, por violação aos artigos 154, I, e 195, I, § 4º da Constituição.

Sendo assim, a Companhia efetua os depósitos judiciais para os fornecedores que não possuem liminar, para os que possuem liminar a Companhia não efetua os depósitos respaldada pela explicação supracitada.

Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, existem processos no montante de R\$ 16.168 (R\$ 16.086 em 2019), referente a ações fiscais, trabalhistas, cíveis e tributárias consideradas como probabilidade de perda “possível” do qual as normas contábeis não requerem provisões.

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da taxa efetiva

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	<u>10.865</u>	<u>(40.184)</u>
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	3.694	-
Prejuízo fiscal a compensar / Base negativa da contribuição social	(7.177)	20.954
Valor justo da combinação de negócio (c)	(4.756)	(4.756)
Ágio na combinação de negócio	(9.193)	-
Outras adições/exclusões, líquida	<u>1.843</u>	<u>8.449</u>
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(15.589)	(24.647)
Impostos de renda e contribuição social – correntes	(4.992)	(1.727)
Impostos de renda e contribuição social - diferidos	<u>(10.597)</u>	<u>26.374</u>
Total	(15.589)	24.647
Taxa efetiva	-143%	-61%

b. Diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos para refletir os efeitos fiscais futuros sobre as diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, calculados à alíquota fiscal combinada de 34%, conforme segue:

	31/12/2020		Movimentação		31/12/2019	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.094	4.094	1.758	1.758	2.336	2.336
Provisões para contingências tributárias	423	423	5	5	418	418
Provisões para contingências trabalhistas	99	99	99	99	-	-
Outras provisões	1.857	1.857	1.126	1.126	731	731
Valor justo da combinação de negócio (c)	(46.088)	(46.088)	13.989	13.989	(60.077)	(60.077)
Prejuízo fiscal a compensar / Base negativa da contribuição social	40.658	40.555	(21.108)	(21.108)	61.766	61.663
Ágio (<i>goodwill</i>)	<u>(27.037)</u>	<u>(27.037)</u>	<u>(27.037)</u>	<u>(27.037)</u>	-	-
Total da base para imposto de renda/contribuição social	(25.994)	(26.097)	(31.168)	(31.168)	5.174	5.071
Alíquota fiscal	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(6.498)</u>	(2.349)	<u>(7.792)</u>	(2.805)	<u>1.294</u>	456
Saldo de imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(8.847)</u>	<u>(10.597)</u>	<u>(10.597)</u>	<u>(10.597)</u>	<u>1.750</u>	<u>1.750</u>

Baseada em seu histórico de realização, a Companhia estima gerar lucro tributável superior ao saldo de impostos diferidos ativos para realização do saldo em até 5 anos.

22 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado está representado por 90.481.262 ações ordinárias e 913.952 ações preferenciais, e estão assim distribuídas:

	Tipo de ações	31/12/2020		31/12/2019	
		Quantidade	Participação	Quantidade	Participação
Washington Umberto Cinel	Ordinárias	90.094.346	98,58%	90.094.346	98,58%
Cláudia Isabel Luciano Cinel	Ordinárias	386.916	0,42%	386.916	0,42%
Lázaro Aparecido Moreto	Preferenciais	913.952	1,00%	913.952	1,00%

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 88.544 (R\$ 88.544 em 31 de dezembro de 2019).

Em 30 de janeiro de 2019, houve aumento de capital no montante de R\$ 7.718, decorrente da incorporação de ativos e passivos líquidos Itaobi Importação e Exportação de Cereais LTDA. de acordo com o laudo de avaliação preparado com base no valor contábil e emitido por um perito independente.

Em outubro de 2019, o sócio Washington Umberto Cinel decidiu capitalizar um empréstimo que tinha concedido para a Broto Legal em 2018. O montante capitalizado foi o total do empréstimo no valor de R\$ 10.726.

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20 % do capital social. Não foi constituído reserva legal em 2020 devido ao prejuízo do exercício.

Reserva de investimento

A reserva de investimento se refere ao benefício fiscal advindo da lei complementar 160/17, a qual não poderá ser distribuída aos acionistas no período inferior a cinco anos. Caso isso ocorra, temos a Companhia deverá tributar esta distribuição e atualizar monetariamente.

Dividendos

O estatuto social prevê que do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para Imposto de renda e Contribuição social.

Do resultado remanescente será deduzida a participação dos administradores, desde que seu total não ultrapasse nem a remuneração anual dos administradores nem a décima parte do lucro líquido apurado, prevalecendo o limite que for menor.

O lucro líquido verificado, após efetuados as deduções previstas no parágrafo anterior, terá a seguinte destinação: a) 5% para Reserva Legal, até atingir 20% do capital social; b) 25%, no mínimo, para o pagamento dos dividendos dos acionistas; c) o saldo terá o destino que for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

De acordo com as disposições estatutárias é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido de cada exercício ajustado nos termos da legislação societária e do estatuto social.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, em função do prejuízo no exercício, nenhum dividendo foi apurado.

23 Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Vendas no mercado interno	506.431	434.097
Vendas no mercado externo	<u>52.282</u>	<u>25.952</u>
Total das vendas brutas	558.713	460.049
Descontos e acordo comerciais	(20.072)	(31.107)
Devolução	(19.978)	(15.823)
Impostos incidentes sobre vendas	<u>(35.709)</u>	<u>(26.974)</u>
	<u>482.954</u>	<u>386.145</u>

O saldo das vendas brutas por produtos está demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Arroz	359.207	276.632
Feijão	169.314	159.146
Outros	<u>30.192</u>	<u>24.271</u>
	<u>558.713</u>	<u>460.049</u>

24 Gastos por natureza

	31/12/2020	31/12/2019
Custo incorridos com materiais e produtos	(355.930)	(291.087)
Salários e benefícios	(24.389)	(26.260)
Fretes e carretos	(17.386)	(24.076)
Comunicação	(414)	(544)
Comissões de vendas	(5.452)	(5.983)
Viagens e veículos	(485)	(478)
Energia elétrica	(5.627)	(5.308)
Serviços profissionais	(5.189)	(5.460)
Depreciação e amortização	(20.273)	(18.537)
Manutenção de máquinas	(2.992)	(3.369)
Comissões sobre compras	(3.221)	(1.546)
Aluguéis	(565)	(590)
Material de uso e consumo	(750)	(395)
INSS, IPTU e IPVA	-	(96)
Crédito de PIS e COFINS - extemporâneo	-	1.375
Publicidade e propaganda	(4.236)	(9.674)
Outros	<u>(8.848)</u>	<u>(9.088)</u>
	<u>(455.757)</u>	<u>(401.116)</u>

	31/12/2020	31/12/2019
Gastos por natureza		
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos	(384.234)	(318.428)
Despesas com vendas	(47.368)	(55.468)
Despesas administrativas e gerais	(24.155)	(27.220)
	(455.757)	(401.116)

25 Outras despesas e receitas operacionais, líquidas

Outras despesas

	31/12/2020	31/12/2019
Provisões diversas	(897)	(741)
Baixa do custo de alienação de ativo	(39)	(5)
Outras despesas	-	(528)
	(936)	(1.274)

Outras receitas

	31/12/2020	31/12/2019
Alienação de ativo imobilizado	28	22
Receita de venda de sucata	157	112
Atualização monetária de depósitos judiciais	707	1.480
Outras receitas	113	-
	1.005	1.614
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	69	340

26 Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras		
Juros	(11.348)	(18.892)
Multas	(16)	(200)
Despesa com variação cambial	(8.998)	(2.888)
Despesas bancárias	(1.728)	(3.098)
IOF	(653)	(1.520)
Impostos	(33)	(56)
Descontos concedidos	(138)	(992)
	(22.914)	(27.646)
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	286	402
Juros recebidos	45	60
Receita com variação cambial	7.632	2.413
Rendimentos de aplicações financeiras	308	322
	8.271	3.197
Resultado financeiro líquido	(14.643)	(24.449)

27 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e mensuração do valor justo

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

A norma também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para instrumentos ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Adicionalmente, não houve em 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Os valores dos instrumentos financeiros representam uma aproximação de seus valores justos, considerando as características dos instrumentos.

31 de dezembro de 2020

	Nota	Classificação	Valor contábil
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	9	Custo amortizado	81.908
Contas a receber de clientes	10	Custo amortizado	-
Adiantamento a fornecedores		Custo amortizado	6.509
Outros créditos		Custo amortizado	8.652
			<u>97.069</u>
Passivo			
Fornecedores		Outros passivos financeiros	33.659
Empréstimos e financiamentos	16	Outros passivos financeiros	116.845
Empréstimos com parte relacionada	18	Outros passivos financeiros	3.500
CRA a pagar	17	Outros passivos financeiros	153.205
Outras contas a pagar		Outros passivos financeiros	16.079
			<u>323.288</u>

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Riscos de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adotou como prática a análise das situações financeira e patrimonial dos clientes, assim como acompanhamento permanente das posições em aberto. Esse risco é avaliado como baixo, tendo em vista a concentração em clientes potenciais e da política de cobrança da Companhia.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Contas a receber de clientes

A Companhia estabelece uma política de provisão para perdas por redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas em relação às contas a receber de clientes. Os títulos a receber das empresas ligadas não são considerados no cálculo dessa provisão.

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera e informações prospectivas (*forward-looking*).

Avaliação da perda por redução ao valor recuperável

A política de avaliação da perda por redução ao valor recuperável está demonstrada na nota explicativa 10.

A composição por vencimento desses instrumentos financeiros no final do exercício de relatório está demonstrada na nota explicativa 10.

Caixa e equivalentes de caixa e derivativos

A Companhia detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 81.908 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 50.074 em 2019). Caixa e equivalentes de caixa são mantidos principalmente com instituições financeiras de primeira linha autorizadas a funcionamento pelos órgãos reguladores oficiais (Bacen).

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou danos que podem prejudicar a reputação da Companhia.

O vencimento contratual e exposição do risco de liquidez dos passivos financeiros remanescentes no final do período de relatório, incluindo o pagamento de juros, está apresentado abaixo.

<i>Em milhares de Reais</i>	<u>Fluxos de caixa contratuais - 31 de dezembro de 2020</u>				
	Valor Contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores	33.659	33.659	33.659	-	-
Empréstimos e financiamentos	116.845	116.845	30.011	77.173	9.661
Empréstimos com parte relacionada	3.500	3.500	3.500	-	-
CRA a pagar	153.205	153.205	-	22.018	131.187
Outras contas a pagar	<u>16.074</u>	<u>16.074</u>	<u>16.074</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>323.283</u></u>	<u><u>323.283</u></u>	<u><u>83.244</u></u>	<u><u>99.191</u></u>	<u><u>140.848</u></u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, e taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

A Companhia não opera com derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelas políticas internas da Companhia.

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, que é o Real (R\$). Essas operações são denominadas principalmente em Dólar Americano (USD).

Exposição a moeda estrangeira

Os ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio registradas no balanço patrimonial estão demonstrados no quadro a seguir:

	Taxa em exposição	<u>2020</u>	
		Exposição (USD)	Exposição (BRL)
Contas a receber de clientes no exterior	USD	1.410	7.326
Fornecedores no exterior	USD	(12)	(60)
Empréstimos em moeda estrangeira	USD	<u>(2.076)</u>	<u>(10.787)</u>
Exposição líquida		<u><u>(678)</u></u>	<u><u>(3.521)</u></u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital por meio da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/ patrimônio líquido), por entender que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento. A Dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, deduzidas dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, de títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo e de aplicações financeiras de longo prazo.

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 9)	81.908	50.074
(-) Empréstimos e financiamentos (nota explicativa 16)	(116.845)	(147.793)
(-) CRA a pagar (nota explicativa 17)	(153.205)	(153.513)
(-) Debêntures a pagar (nota explicativa 17)	-	-
(-) Empréstimos com parte relacionada (nota explicativa 18)	(3.500)	(2.000)
Caixa líquido de Empréstimos e financiamentos	<u>(186.642)</u>	<u>(253.232)</u>

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

c. Análise da sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- **Cenário Provável:** foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do exercício seguinte.
- **Cenário II:** estimativa considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- **Cenário III:** estimativa considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

				31 de dezembro de 2020			
	Risco	Taxa em 31/12/2020	Taxa cenário provável (a)	Exposição	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Aplicações financeiras	Queda da CDI	1,90%	3,22%	50.930	1.640	1.230	820
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	1,90%	3,22%	(40.175)	(1.294)	(1.617)	(1.940)
CRA	Alta da CDI	1,90%	3,22%	(162.209)	(5.223)	(6.529)	(7.835)
Efeito				(151.454)	(4.877)	(6.916)	(8.955)

- (a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado (http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-dados/market-data/cotacoes/mercado-de-derivativos/?symbol=D11).

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de câmbio:

				31 de dezembro de 2020				
	Risco	Taxa em 31/12/2019	Taxa cenário provável (a)	Exposição (USD)	Exposição (BRL)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Contas a receber de clientes no exterior	Queda do dólar	5,2	5,0	1.410	7.326	7.063	5.928	3.532
Fornecedores no exterior	Alta do dólar	5,2	5,0	(12)	(60)	(58)	(72)	(86)
Empréstimos e financiamentos	Alta do dólar	5,2	5,0	(2.076)	(10.787)	(10.399)	(12.999)	(15.599)
Efeito				(678)	(3.521)	(3.394)	(7.773)	(12.153)

- (a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado (<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>).

* * *

LAZARO APARECIDO MORETO
Diretor

WASHINGTON UMBERTO CINEL
Diretor

VALDIR NOVO SEVAIOS
CEO

DANIEL ZANUTO DE MORAES
CFO

HERMERSON MONTEIRO DE SOUZA
Contador
CRC 1SP-298795/O-0